

V- A “Língua Brasileira”: Uma Questão de Nacionalismo.

O Modernismo no Brasil despertou um profundo questionamento sobre o Nacionalismo; a busca de uma definição plausível para essa questão foi uma constante durante todo o movimento, com uma considerável ênfase na primeira geração. Os escritores e artistas em geral buscaram representar um “Brasil real”, embora saibamos que alguns ainda repetiram fórmulas passadas e até reacionárias, provocando algumas intrigas de natureza ideológica e às vezes pessoal.

A nacionalidade brasileira já tinha sido explorada em outros momentos da nossa cultura, particularmente no Romantismo, contudo essa discussão apresentou certos preconceitos e não abordou o problema por um viés crítico e mais satisfatório. Já nos é conhecida a crítica hoje feita a alguns autores românticos que não conseguiram libertar as suas representações das influências externas e passadistas, tendo o “índio romântico” como o melhor exemplo dessa tendência que continha permanências não mais desejadas quanto à nacionalidade. Por isso, Mário de Andrade condena um certo exagero de exotismo presente na literatura: o elemento exótico não era considerado por ele como o fator mais importante de uma teoria sobre o nacionalismo. Comentando com Manuel Bandeira as suas opiniões sobre o poema *Raça* de Guilherme de Almeida, ele diz:

A parte brasileira do poema, sob o ponto de vista ideal crítico de realidade brasileira não corresponde à verdade, porém a uma convenção que se vai tornando exótica dentro do Brasil e que é regional, não duma só região, porém de regiões que não representam a

*realidade com que o Brasil concorre pra atual civilização universal. Porque essa concorrência se realiza com a parte progressista dum país, com o que nele é útil pra civilização e não com o que nele é exótico.*¹

Vemos então que essa nova idéia de nacionalismo procurava uma espécie de “utilidade” da cultura brasileira, o porquê dela existir, a sua contribuição no cenário internacional, somente assim nos tornaríamos “universais”, para usar um termo caro a Mário.

Nessa busca pelo elemento nacional destacamos a criação, ou pelo menos tentativa, de uma “língua brasileira” que atendesse às expectativas dessa nova maneira de representar o Brasil através da literatura. Daí a “missão” do Modernismo que logo foi declarada: criar um conceito de Nacionalismo que realmente respondesse às dinâmicas daquele momento histórico, “missão” esta muito bem “combatida” pela primeira geração, especialmente por Mário de Andrade e Manuel Bandeira. As cartas desses dois amigos expressam muito bem a construção de tais conceitos que tanto nos são necessários nessa análise.

Ambos “brigaram” muito e tiveram inúmeras opiniões díspares quanto à criação dessa língua. A idéia foi realmente lançada por Mário de Andrade, que desde o início considerou-a como um apostolado, uma necessidade imperativa para aquela proposta artístico-literária que estava sendo elaborada. Manuel Bandeira foi um arguto crítico dessa língua, tendo uma postura decidida quanto aos possíveis problemas da mesma, principalmente no que dizia respeito à sua normatização.

¹ Carta a Manuel Bandeira, 26 de julho de 1925.

Mas se quisermos analisar a “língua brasileira”, devemos acima de tudo incluí-la nos novos conceitos de nacionalismo que o Modernismo propunha. A concepção de Mário e de Bandeira era comum a Oswald de Andrade, Sérgio Buarque de Hollanda, Prudente de Moraes Neto e outros, provocando as rupturas ideológicas já faladas em outro capítulo. Mário esclarece o que pensa:

*Minha idéia exata é que é só sendo brasileiros isto é adquirindo uma personalidade racial e patriótica (sentido físico) brasileira que nos universalizaremos, pois que então concorreremos com um contingente novo, novo assemblage de caracteres psíquicos pro enriquecimento do universal humano.*²

Um aspecto importante a ser ressaltado é que a universalização da cultura brasileira se daria com a afirmação dos valores de nossa identidade, aquilo que realmente nos configurava enquanto brasileiros³, ou seja, o caminho para o *universal* teria necessariamente de passar pelo *nacional*. Certamente aí está o cerne da crítica de Mário a outros modelos de nacionalismos, estes tinham a tendência a falar do nacional na perspectiva de outras práticas que nada se identificavam com a nossa realidade; muitos deles, equivocadamente, tentavam “compreender” o Brasil com os postulados teóricos utilizados em outros países, particularmente na França.

² Carta a Manuel Bandeira, junho de 1925.

³ Nesta mesma época, Mário de Andrade enviou uma carta a Joaquim Inojosa (1901-1987) que difundia as idéias modernistas em Pernambuco, nela ele desenvolveu as suas idéias acerca do Nacionalismo: “o Brasil pra ser civilizado artisticamente, entrar no concerto da nações que hoje em dia dirigem a Civilização da Terra, tem de concorrer para esse concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e o individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a Civilização.” Joaquim Inojosa publicou esta carta de Mário no *Jornal do Comércio* de Recife, no dia 28 de dezembro de 1924. (*O movimento modernista em Pernambuco*, v.2, p. 340).

A atuação de Bandeira se deu principalmente nas discussões sobre a língua nacional preterida por Mário, mas ele sempre concordou com o amigo sobre os caminhos para um nacionalismo mais crítico e realista. Nesta mesma época, o jornalista Bezerra de Freitas do jornal *A Pátria*, relega a Bandeira a resposta para a questão: “Há uma arte autenticamente brasileira?”; esta veio através de um artigo no mesmo periódico, onde destacamos as seguintes afirmações:

*Nos melhores poetas brasileiros de agora há esse sentimento forte de brasilidade. Não patriotada abstrata, mas uma funda ternura pela terra e coisas da terra. Ternura criadora. Mário de Andrade é o que foi mais longe e mais fundo até agora. [...] O brasileirismo de Mário de Andrade não é primitivismo nem regionalismo: situa-se na cultura universal e é mesmo fruto de uma espécie de integração cultural.*⁴

Para completar a busca dessa brasilidade só faltava mesmo uma língua que desse o suporte lingüístico-ideológico necessário para a sua concretização. Língua e nacionalidade estarão intimamente ligados nessas discussões, trazendo à luz um interessante debate registrado nessa correspondência.

1. Por uma “Língua Brasileira”

Como sempre se tem afirmado, a língua é um consistente fator de identidade da nacionalidade. Ela é importante como componente de unificação cultural de um determinado espaço ocupado pelo seu povo. Mário e Bandeira perceberam tal verdade e se dispuseram nessa “empresa lingüística”, sendo o autor de *Macunaíma* o mais desbravador e

⁴ In *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*, n. 126, p. 237.

idealista dos dois. O desejo de Mário de nacionalizar a linguagem se dava até mesmo nos títulos por ele escolhidos para os seus livros, como *Clã do jabuti*:

*Escrevi Clam com eme, quero nacionalizar a palavra. Que achas? Tomar-me-ão por besta, naturalmente. Isso não tem importância, aliás. Examina a pontuação que adotei atualmente. O mínimo de vírgulas possível. A vírgula a maior parte das vezes, sabes, é preconceito de gramático. Uso dela só quando sua ausência prejudica a clareza do discurso, ou como descanso rítmico expressivo. Também abandonei a pontuação em certos lugares onde as frases se amontoam polifônicas. Que achas?*⁵

Bandeira responde e já demonstra um pouco das suas idéias, principalmente no que diz respeito aos aspectos filológicos, assunto muito apreciado por Manuel Bandeira, que sempre quando tinha alguma dúvida gramatical recorria aos amigos Souza da Silveira e Serafim da Silva Neto, companheiros acadêmicos do Colégio Pedro II desde sua época como aluno e posteriormente como professor. Quanto à dúvida sobre *Clã do jabuti* ele afirma:

*Clan com n. Com m é que fica estrangeirado, nem se sabe o que é à primeira vista. O a nasal no fim das palavras representa-se hoje por an ou ã. No antigo português era ora com m, ora com n, conforma a etimologia. Mas as formas em am evoluíram para ão: tam, quam e todas 3as. pessoas do plural dos verbos: amam, amaram. Isso nas palavras originárias do latim. Nas que vieram do tupi ou da África também se transcreveu o a nasal por an (nhan-nhan, Itapoan, Ibirapuitan, etc). Ou clan ou clã. Mas para que mudar? Todo o mundo já está habituado com o n.*⁶

⁵ Carta a Manuel Bandeira, 29 de setembro de 1924.

⁶ Carta a Mário de Andrade, outubro de 1924.

Mário concordou com Bandeira e na capa da primeira edição lemos: “Mário de Andrade / Clan do jabuti / Poesia / *1927* / São Paulo”, todos os nomes dispostos na ordem vertical da capa. Essa disposição dele de “escrever em brasileiro” não era somente uma vaga intenção modernista, um modismo daquele momento ideologicamente inflamado; para ele era necessário sistematizar essa linguagem, codificá-la e organizá-la, uma espécie de “destino” por ele pretendido:

*Fugi com sistema do português. Que me importa que o livro seja falho? Meu destino não é ficar. Meu destino é lembrar que existem mais coisas que as vistas e ouvidos por todos. Se conseguir que se escreva brasileiro sem por isso ser caipira, mas sistematizando erros diários de conversação, idiotismos brasileiros e sobretudo psicologia brasileira, já cumpri o meu destino.*⁷

Aos poucos Mário foi se convencendo de que realmente estava escrevendo em língua brasileira, idéia esta que defenderá com todos os seus argumentos teóricos e ideológicos. Numa determinada ocasião, Mário foi questionado por Roquette-Pinto que queria saber do autor se ele escrevia em português ou em brasileiro, o que Mário logo esclarece num artigo e depois comenta com Bandeira:

Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim. É o que fiz. Inda faz pouco, João Ribeiro me chamou à fala num artiguete sobre se escrevo brasileiro ou português (Diário Nacional). E concluía que escrevemos por mais nota forçada, português. [...] Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser a língua minha, a língua de meu país, a

⁷ Carta a Manuel Bandeira, 10 de outubro de 1924.

*língua que hoje representa no mundo muito mais o Brasil que Portugal: enfim: a língua do Brasil.*⁸

Essa “língua do Brasil” foi aos poucos sendo revelada por Mário através de vocábulos e estruturas sintáticas usados por ele nos seus textos: o *pra* no lugar do *para*; *prá* e não *para*; *prao* em vez de *para o*; *si* no lugar da conjunção condicional *se*; *milhor(es)* e não *melhor(es)*; *sube* pelo verbo conjugado *soube*; *inda* e não *ainda*; *exprimentar* em vez de *experimentar*; as formas contractas *senvergonha*, *sencerimônia*, *trinteoito*, *praquê* e *há-de*; e construções sintáticas como a *carta de você* e não a sua carta. Todas essas mudanças provocativas despertaram desde cedo um certo repúdio por parte de Bandeira, que não as aceitava com facilidade, chegando mesmo a declarar que o amigo estava construindo uma linguagem artificial e sem vida, compreensível somente a si próprio, não sendo compartilhada pelos demais, criando não uma língua brasileira, porém uma “língua paulista”, como ele bem diz:

*Me parece, por poemas e cartas, que à força de queres escrever brasileiro, estás escrevendo paulista. Ficando um tanto afetado de tanto buscar a naturalidade. A sua sistematização pode levar, está levando, a uma linguagem artificial, o que é pena porque compromete uma idéia evidentemente boa e sadia. [...] Acho que devias andar com mais cautela, só pisando em terreno firme.*⁹

Ou seja, o autor de *Libertinagem* não era radicalmente contrário à idéia de uma língua que representasse mais intimamente a identidade do brasileiro, especialmente um sistema lingüístico que conseguisse aproximar um pouco as duas dimensões sempre distantes e às

⁸ Carta a Manuel Bandeira, 01 de julho de 1929.

⁹ Carta a Mário de Andrade, 19 de janeiro de 1925.

vezes inconciliáveis: as línguas falada e escrita. Mas o jeito com o qual Mário estava empreendendo o seu objetivo provocava certas resistências em Manuel Bandeira, tanto que no prefácio da primeira edição das cartas de Mário de Andrade (Rio de Janeiro, Simões, 1958) a ele endereçadas está escrito:

Outra coisa que vemos largamente esclarecida nesta correspondência é o caso da língua. Sempre fui partidário do abasileiramento do nosso português literário, de sorte que aceitava em princípio a iniciativa de Mário. Mas discordava dele profundamente na sua sistematização, que me parecia indiscretamente pessoal, resultando numa construção cerebrina, que não era língua de ninguém. Eu não podia compreender como alguém, cujo fito principal era ‘funcionar socialmente dentro de uma nacionalidade’, se deixava levar, por espírito de sistema, a escrever numa linguagem artificialíssima, que repugnava à quase totalidade de seus patrícios. Mário, que se prezava de psicólogo, escrevia-me, para justificar-se de seus exageros, que era preciso forçar a nota: ‘exigir muito dos homens pra que eles cedam um pouquinho’. O reformador não se limitava a aproveitar-se do tesouro das dicções populares, algumas tão saborosas como esse ‘pouquinho’, nascido por contaminação de ‘pouco’ e ‘bocado’. Ia abusivamente além, procedendo por dedução ‘lógica, filosófica e psicológica’.¹⁰

É bem claro o posicionamento de Bandeira: ele não recusa a transformação gradativa da linguagem literária que, na sua opinião, deveria incorporar mais elementos da linguagem coloquial; todavia, deveria ser uma incorporação que não tirasse a “funcionalidade social” da língua. Para ele, Mário tomou justamente o caminho contrário, como bem fica avaliado neste seu prefácio. Bandeira nunca escondeu essa sua opinião do amigo, o que suscitou neste afamadas defesas a favor da sua língua:

¹⁰ Prefácio da edição *Cartas a Manuel Bandeira* (Rio de Janeiro, Simões, 1956) preparado pelo próprio Bandeira.

Vamos logo pra questão do brasileiro. [...] Você compreende, Manuel, a tentativa em que me lancei é uma coisa imensa, enorme, nunca foi pra um homem só. E você sabe muito bem que não sou indivíduo de gabinete. Não posso ir fazendo no silêncio e no trabalho oculto toda uma gramática brasileira pra depois de repente, pá, atirar com isso na cabeça do pessoal. [...] Careço que os outros me ajudem pra que eu realize a minha intenção: ajudar a formação literária, isto é, culta da língua brasileira. [...] A parte messiânica do meu esforço, o sacrificar minhas obras, escrevendo-as em língua que ainda não é língua, não é sacrifício de Jesus, é uma necessidade fatal do meu espírito e da minha maneira de amar, só isso. [...] Mas daí se pensar, ou você, como parece pela sua carta, que estou agindo por levandade nesta questão de escrever brasileiro, vai um estirão largo, meu Manuel. Não senhor. Não sou leviano, não. [...] Você diz por exemplo que eu em vez de escrever brasileiro estou escrevendo paulista. Injustiça grave. Me tenho preocupado muito com não escrever paulista e é por isso que certos italianismos pitorescos que eu empregava dantes por pândega, eu comecei por retirar eles todos da minha escrita de agora. [...] Não estou escrevendo paulista, não. Ao contrário. Tanto que fundo na minha linguagem brasileira de agora termos do Norte e do Sul. [...] Não quero imaginar que o meu brasileiro – o estilo que adotei – venha a ser o brasileiro de amanhã. Não tenho essa pretensão, juro. [...] Estudei o português e estou consciente dos meus erros em português. Ao menos da grande maioria deles.¹¹

Esse fragmento epistolar nos dá uma boa idéia do que realmente Mário considerava ser a língua que ele estava criando, bem como a sua importância cultural. Aos poucos ele ia construindo esse seu projeto, imbuído de um certo “messianismo” que era traduzido no seu desejo de contribuir para a formação culta e literária do Brasil. Ao perceber que não estava sendo compreendido por Bandeira, Mário se defende e afirma que não é leviano nessa “empreitada” lingüístico-nacionalista, e que tampouco estava escrevendo em “língua paulista”. Os erros e modismos de linguagem criados por Mário eram todos praticados

¹¹ Carta a Manuel Bandeira, janeiro de 1925. [esta é uma das maiores cartas de Mário, totalizando seis páginas.]

conscientemente por ele, e os mesmos influenciavam na tentativa de normatização dessa nova língua. Bandeira se mostra contrário à idéia de uma língua brasileira, pelo menos do jeito que o seu mentor estava vislumbrando:

Sobre a língua brasileira, só conversando. Que você foi com muita sede ao pote, não tem dúvida.[...] Depois acho perigoso tocar no ponto mais controverso desses assuntos – os fonemas e as suas representações. Pois se dentro do português é uma conflagração, que não será no português brasileiro? E isso de fonemas é um terreno tão instável! Duna perenemente errante do Nordeste praieiro. Primeiro sintaxe e léxico. Aliás não creio que o brasileiro se diferencie até constituir língua. Ele já é bem diverso do português, porém muito mais diverso do que o português de hoje é o português dos cancioneiros e a gente sente que a língua é a mesma. Não é possível uma transformação como aquela donde saíram as línguas românicas sem uma invasão de bárbaros. As eras das desintegrações lingüísticas passaram. Hoje, ao contrário, tudo favorece as integrações. [...] O que nós devemos é enriquecer essa maravilhosa algaravia com os dengues, a graça e essa esculhambação brasileira amulatada e cabrocha. Sou contra a sistematização pessoal voluntária.¹²

Das tantas afirmações, uma é sentencial: *não creio que o brasileiro se diferencie até constituir língua*. Esta será a principal tese na qual Bandeira se apoiará para não concordar com a idéia de uma “língua brasileira”; para ele o português falado no Brasil ainda não tinha sofrido uma variação suficiente para formar um novo idioma, tanto que ele tem como paradigma o sistema lingüístico utilizado pelos cancioneiros portugueses da Idade Média, que mesmo com a distância temporal não podia ser considerado uma outra língua que não o próprio português. Para Bandeira, o enriquecimento do português falado no Brasil se daria na medida que o mesmo incorporasse cada vez mais o léxico particular à realidade sócio-

¹² Carta a Mário de Andrade, 16 de março de 1925.

cultural do país, contribuindo não para a formação de um novo idioma, mas valorizando cada vez mais a língua pátria que se mostraria então flexível às particularidades lexicais. Daí ele ser contra a uma “sistematização pessoal voluntária”, pois a mesma poderia cair no risco de uma certa individualidade que não seria o reflexo de uma pluralidade. Na opinião de Manuel Bandeira, Mário com as suas inovações estava caindo no perigo de uma considerável artificialidade, chegando mesmo a ser incompreendido por certas pessoas, é quando o autor de *Libertinagem* faz uma crítica:

*Se eu tivesse sanção sobre você, obrigá-lo-ia a tirar da sua linguagem o que a está assinalando como sua e os outros arremedam. Nisso é que você é escandalosamente, condenavelmente individualista. A sua idéia tão bela, a que eu aderi com ternura, está sacrificada pelo seu espírito de sistema. Você está escrevendo numa língua artificial que não é de você nem é dos brasileiros.*¹³

Nesse momento, Bandeira já percebia que Mário estava caminhando rumo à intenção de “doutrinar” a sua nova língua, teorizando-a aos poucos e demonstrando-a nos seus escritos como um todo. Contudo, a afirmação de Bandeira de que teria “aderido com ternura” à proposta do amigo nos soa um tanto paradoxal, como está demonstrado nas suas próprias cartas.

No que concerne à artificialidade de tal linguagem, Bandeira terá sempre uma posição muito bem clara: Mário não estava se fazendo compreender em muita coisa que ele escrevia, a ponto de as pessoas condenarem a sua língua por não entendê-la¹⁴. Essa “língua

¹³ Carta a Mário de Andrade, 04 de fevereiro de 1928.

¹⁴ A esse respeito, é interessante a opinião de Souza da Silveira, filólogo e professor de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e amigo pessoal de Manuel Bandeira. Quando o gramático teve contato com *Os contos*

desconhecida” de Mário em alguns momentos irritou Bandeira, despertando no mesmo uma reação mais contundente:

Repito que isso não é português nem brasileiro nem língua nenhuma. Não é ‘fato’ da linguagem. A sua sistematização só é lícita quando se exerce sobre fatos de linguagem. Me desespera, te desespera, lhe desespera, nos desespera, mesmo se desespera (mais raro e em casos especiais) são fatos da língua: o desespera não. Não é fato da língua literária nem da língua popular ou familiar. E a sua insistência é tanto mais incompreensível quando se reflete que você põe sempre o interesse social acima das satisfações individualistas mais legítimas como são as do artista. Ora, esses purismos da sua gramatiquinha da fala brasileira irritam todo o mundo e prejudicam enormemente a sua ação social. Se irritam a mim, que sou seu amigo! ... Afinal falei, mas sei que será a toa.¹⁵

Um fato curioso é que Mário sempre foi deveras flexível no que concernia às propostas críticas de Bandeira quanto aos seus versos. Bandeira exercia uma espécie de “autoridade” junto ao amigo para propor mudanças sutis ou mesmo totais em diversos poemas de Mário, sabemos que poemas inteiros foram modificados por sugestão do autor de *Carnaval*. Mas quando o assunto era a “Língua Brasileira” Mário se tornou um tanto irredutível; ele tinha a plena certeza do caráter de vanguarda dessa sua idéia, bem como a sua importância dentro de um estilo que propunha uma reavaliação dos conceitos de

de Belazarte a recepção foi inusitada na forma de um certo “estranhamento” com a linguagem de Mário. Em 26 de dezembro de 1934 Silveira escreve ao autor de Lira Paulistana para compartilhar as suas idéias: Não é a língua que falo, nem a que ouço falar; não é a dos autores brasileiros mais conhecidos [...] Não é a dos jornais [...] Parece-me que uma língua criada pelo escritor, uma língua sua, individual; – e daí essa impressão de artificialidade, que nos dá, daí o aspecto heteróclito, com que se apresenta; daí, enfim, a estranheza que nos causa, a dificuldade que encontramos em segui-la e o conseqüente cansaço que às vezes nos produz. [nota deslocada de MORAES, Marcos Antônio de (org.). Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira, p. 613]. Em outro momento da carta, Souza da Silveira reconhece que Mário “conhece a fundo” a Língua Portuguesa e “só se afasta das normas da língua literária quando quer e porque quer”. Tal acontecimento foi importante pois iniciou a amizade epistolar entre esses dois vultos da cultura brasileira; na resposta ao gramático, Mário argumenta que a sua intenção era “encurtar a distância entre a língua geral brasileira e a literária”.

¹⁵ Carta a Mário de Andrade, 30 de julho de 1933.

nacionalismo e posterior tomada de posição. Mesmo que muitos não o compreendessem, Mário de Andrade foi adiante com os seus planos, fazendo defesas e exposições apaixonadas sobre a sua “língua”, tanto que ele afirma:

Agora vejamos de perto o problema da língua que você acha “se tem afirmado dessocializante” etc. Não tem não, Manu. Pois você mesmo não se constituiu um dos advogados-do-diabo no início dessa minha tentativa? Não deve ter esquecido como estavam bem nítidas as minhas intenções nem que não iam além do possível as minhas ambições. Forcei a nota pra chamar a atenção sobre o problema, sempre com a intenção de no futuro, quando o problema estivesse bem em marcha (o que não quer dizer, resolvido), voltar a uma menos ofensiva verdade, e a uma mais lógica liberdade de mim. [...] Nem o meu trabalho resultou dessocializante, nem voltei pra trás. Pus um problema em evidência tão ferinte que toda a gente o encarou, dei uma liberdade nova (ajudei a dar, e com incontestável maior generosidade), de que toda a gente que importava se aproveitou (os que já não eram passado) e que hoje incontestavelmente é uma norma (você discutirá que um moço de hoje hesitará em errar uma colocação de pronome, por exemplo se carecer disso na sua expressão) [...]. Repare mais que nos artigos de agora a minha linguagem não é a mesma dos estudos sérios, dos trabalhos pra livro etc. que publico ou faço. É que nos artigos a que não dou força de obra permanente, me reservo o direito de conservar com o meu descrédito, a evidência ferinte do problema (que por isso mesmo me repugna faz o problema requerer outra evidência e outras soluções). De resto a língua, creio que você bem sabe, não passa dum detalhe dum problema muito mais complexo e cuja complexidade está analiticamente se desenvolvendo em quase todos os marcos da minha obra.¹⁶

Mário é bem claro, toda a sua obra estava passando pelo crivo da nova língua, a ponto de Bandeira se indignar quando o amigo passou a grafar “intaliano” (e não “italiano”) em alguns dos seus textos. Outra problemática que é aludida nesta carta é a questão da

¹⁶ Carta a Manuel Bandeira, 16 de agosto de 1931.

colocação dos pronomes, aspecto este que muito “aguçará” os ânimos de Manuel Bandeira em longas explanações gramaticais e filológicas. Bandeira nunca escondeu o “seu classicismo” lingüístico-literário, principalmente no que dizia respeito à estrutura gramatical da sua linguagem. Uma prática de Mário sempre discutida por Bandeira era o uso dos pronomes oblíquos no início de certas orações; embora defensor de uma postura mais conservadora, o autor de *Libertinagem* não ignorava o uso da próclise pronominal tão comum aos brasileiros, chegando mesmo a justificá-la em determinadas situações:

Existia, como ainda existe, é inegável, atração do pronome oblíquo pela negação e pelos relativos. Essa atração em linguagem brasileira não é tão forte quanto na portuguesa mas não deixa de existir. Os brasileiros muitas vezes violavam essa tendência em virtude de muitas causas ainda obscuras (nunca foram pesquisadas) mas entre elas pode-se pôr a diferente acentuação dos termos do discurso com o quase desaparecimento da vogal muda. Veio uma reação gramatical de influência portuguesa e os escritores se puseram a observar as leis portuguesas. Essa tendência durante mais de 30 anos de uso geral não foi combatida, ao contrário, e o fato é que se formou uma tradição. Os ouvidos habituaram-se. Para fazer contra-marcha agora me parece que é preciso muita discrição. O ouvido brasileiro muitas vezes tolera e até pede a violação da regra portuguesa.¹⁷

Percebemos um certo equilíbrio de Manuel Bandeira nessas suas afirmações sobre o uso dos pronomes oblíquos da Língua Portuguesa falada no Brasil. Tal questão era importante nesse momento pois a criação e posterior sistematização de uma “nova língua” não pode ignorar os trâmites da colocação dos pronomes. O objetivo principal de Mário era tentar reproduzir na escrita a fala brasileira tal qual ela se apresentava na oralidade do dia-a-dia, especialmente na prática das camadas mais pobres e populares, e é justamente nesse

¹⁷ Carta a Mário de Andrade, 13 de julho de 1929.

uso coloquial que a próclise supera a ênclise. Mário tinha uma clareza de julgamento muito nítida ao perceber tais verdades, tanto que ele fala a Bandeira sobre a problemática dos pronomes na sua linguagem:

Confesso com lealdade que jamais refleti seriamente sobre isso, isto é, seriamente refleti sim, mas não refleti longamente. Mas a seriedade está nisto: se emprego flexões pronominais iniciando a frase, coisa que literariamente é erro, Me parece etc., devo empregar também literariamente “O desespera” porque o caso é absolutamente o mesmo. Se trata duma ilação, é verdade, mas ilação absolutamente lógica sobre o ponto de vista psicológico, e tirada da índole brasileira de falar, o que a torna, além de filosoficamente certa, psicologicamente admissível. Diz você que não se trata dum fato de linguagem brasileira. Poderei estar de acordo. Mas isso se dá simplesmente porque o povo, pelo menos o povo rural é que a grande e pura fonte, ignora o “o” pronominal, e diz, por exemplo, “ele se desespera”, “desespera ele”, “fazer isso” e “dizer isso” por fazê-lo e dizê-lo. Você tem o argumento dos alfabetizados da cidade. Sim, mas estes desque ponham um reparinho na fala, já não dizem “me parece” também, porque o professor da escola primária proibia. Mas se dizem sem querer “me parece”, porque então não dizem “o desespera”?¹⁸

Sendo um grande especialista em música popular e folclore, Mário tinha uma sensível percepção do coloquialismo que envolvia a linguagem do povo menos abastado, por isso mesmo ele recolhia certos vocábulos e locuções próprios desses grupos e tentava incorporá-los à sua obra. Entretanto, essa incorporação quase sempre está em contradição com as normas cultas da Língua Portuguesa, pois sabemos que há um considerável abismo entre as leis canônicas da gramática e o uso popular da mesma.

¹⁸ Carta a Manuel Bandeira, 06 de agosto de 1933.

Bandeira não concorda com a afirmação contundente de Mário quando este diz que há uma “lógica” no interior e na estruturação de uma língua. Certamente Bandeira o afirma por considerar a língua um sistema deveras híbrido e polimorfo, dificultando assim a apreensão dos aspectos que justifiquem uma lógica segura de organização. Respondendo essa questão, Bandeira escreve:

*As suas alegações de lógica não pegam. Não pegam, não pegam, não pegam. A língua não é uma criação lógica. Ou por outra, ela tem uma lógica que não é a individual e muitas vezes nos escapa. Justamente para não contrariar essa lógica é que é preciso a gente se conformar com os fatos da linguagem. Os gramáticos e os puristas só querem se conformar com os fatos da linguagem escrita, da linguagem literária, e muitos da linguagem literária dos clássicos e alguns de certos clássicos. Os que trabalham sobre os fatos da linguagem falada da classe cultivada é que me parecem no melhor caminho. As criações do povo em geral são as mais vivas e legítimas. Elas se impõem [à] classe cultivada quando nelas fala o gênio da língua. A sua lógica individual, como a de qualquer escritor culto só se exerce legitimamente até o ponto em que sistematiza dentro dos fatos da linguagem ainda que só populares. Começar o período com o, a oblíquos não me parecia fato da língua. [...] A língua afinal de contas vai se fazendo quer você ou quem quer que seja queira ou não queira. Escreva naturalmente, Mário. Adotando o que lhe pareça bom para a sua expressão, mas sem essa preocupação de exigir muito para obter um pouquinho. Você é escritor, não é gramático. Os escritores só podem influir na língua pelo gosto da expressão, não pela lógica. A lógica é para os gramáticos, que trabalham sobre a criação do gosto dos bons escritores.*¹⁹

A lógica está diretamente ligada às premissas da razão, sendo esta verdade a principal dificuldade vista por Bandeira para admitir a afirmação de Mário, daí ele afirmar com certa veemência que *A língua não é uma criação lógica* e repeti-lo várias vezes. Um dos

¹⁹ Carta a Mário de Andrade, 07 de agosto de 1933.

principais problemas vistos por Bandeira era a questão do individualismo desse projeto, o que fazia dessa língua uma criação absolutamente de Mário e não de domínio público. Com isso, “os fatos” da linguagem seriam a apropriação de uma pluralidade sócio-lingüística, comum a uma comunidade de falantes e praticantes dessa língua, o que proporcionaria um caráter comunitário que tiraria a individualidade concebida por Bandeira.

Manuel Bandeira faz um sintomático “alerta” a Mário: *Você é escritor, não é gramático*. Tal afirmação é importante pois deixa clara a intenção de Bandeira de fazer uma “separação” entre essas duas diferentes posições: a de escritor e a de gramático. Aos gramáticos estão reservados os assuntos ligados à sistematização da língua, especialmente a escrita. A participação do escritor nos assuntos ligados à língua dar-se-ia particularmente na expressão, isto é, na criação literária; daí o conselho de Bandeira: *Escreva naturalmente, Mário*. “Escrever naturalmente” seria a prática da escrita sem se preocupar necessariamente com a criação de uma língua, selecionando aquilo que fosse suficiente para exprimir a sua criatividade artística.

Mário de Andrade é ambíguo em alguns momentos quanto à sua disposição de criar uma nova língua que pudesse exprimir mais intimamente a nacionalidade brasileira. Em certos momentos ele reconhece o seu próprio vanguardismo nesse assunto, em outros ele tenta se reservar quanto ao pioneirismo dessa questão: *Eu não tenho a mais mínima pretensão de criar uma língua [...] Eu me fiz instrumento duma coisa natural, e só*²⁰.

²⁰ Carta a Manuel Bandeira, 06 de agosto de 1933.

Incontestavelmente, todo esse “embate” de idéias foi interessante pois fomentou um sadio diálogo entre Mário e Bandeira através das suas cartas.

O Modernismo resgatou os debates ideológicos acerca do nacionalismo e das suas dinâmicas. Com uma proposta de inclusão dos elementos sociais excluídos da realidade capitalista brasileira, o movimento cultural adquire também uma conotação política, que o enriquecerá demasiadamente. O que Mário certamente percebia é que o não-domínio da língua sempre foi um aspecto de exclusão das benesses fundamentais para uma sobrevivência digna do brasileiro, perpetuando assim um modelo de sociedade centrado nas desigualdades provocadas pela má distribuição da renda entre os seus.

Culturalmente falando, o autor de *Paulicéia desvairada* tinha a total clareza de que as manifestações literárias brasileiras por muito tempo privilegiaram as camadas mais abastadas da nossa sociedade, especialmente no que dizia respeito à linguagem utilizada em tais obras, sempre rígida e privilegiando os cânones gramaticais vigentes. Embora saibamos que certas tentativas – como o Romantismo – foram feitas no afã de abrasileirar um pouco mais a linguagem, percebemos que não avançaram além de um considerável aproveitamento do léxico nacional, especialmente o indígena, que passou a integrar determinadas obras. Todavia, a estrutura sintática das orações não tinha mudado, valorizando demasiadamente os rigores gramaticais como o uso da mesóclise pronominal, tão rara (ou inexistente) na linguagem coloquial.

Tal verdade fez Mário perceber que existia um profundo abismo entre a “língua geral falada” e a literária, tendo esta última sempre se aproveitado até então das regras que a

normatizavam. É quando ele se lança à “missão” de diminuir essa distância, passando a escrever com uma nova linguagem, chamada por ele ora de “língua nacional”, ora de “língua brasileira”.

Somente a citação do termo “língua brasileira” já nos fornece motivo suficiente para um caloroso debate. Desde muito tempo que se discute se o Português praticado no Brasil sofreu uma variação considerável a ponto de se tornar uma nova língua. Manuel Bandeira é totalmente contrário a essa idéia para ele deveras remota, insiste que mesmo que tenha passado por inúmeras modificações e variações ao longo do tempo e dos espaços geográficos, o idioma de Camões ainda é o mesmo, não havendo portanto uma nova língua.

Mário respeita as opiniões críticas do amigo, porém se mostra irredutível na sua opinião de que algo deveria ser feito para expressar essa nova tomada de posição, é quando surge o momento da “língua nacional”. Mário passa então a utilizar uma linguagem diferente que ele julgava se aproximar da língua falada pelos brasileiros, principalmente daquela falada pelas camadas mais simples da população. Ele então consegue incorporar esse novo código à sua obra.

A língua nacional não foi compreendida por muitos, pois achavam que a mesma era incompreensível e artificial, fruto de um posicionamento individual e não de uma coletividade. Bandeira insistiu muito nesse aspecto com Mário, que se justificava e sempre defendia o seu projeto como algo necessário dentro do debate lingüístico-nacionalista. Ainda que sua língua não tenha se difundido a ponto de ser praticada de forma plural,

somente a disposição de introduzi-la na linguagem literária é um fato que merece destaque, pois denota o vanguardismo da proposta e de quem a criou.